

**ATA 22ª REUNIÃO
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 11/12/2001

Início: 09:35 h

Término: 17:10 h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugosuarez@mj.gov.br)
Usuários de Recursos Hídricos – Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:
Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Organizações Cíveis de Recursos Hídricos: Fernando Antonio Rodrigues Netto
(daeebpb@terra.com.br)

CONVIDADOS:

Ana Lia de Castro - ABCON (abcon@abcon.com.br / analia@hipernet.com.br)
Célia Cristina M. Pimenta – ANA (celiacristina@terra.com.br / celiacristina@yahoo.com)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Jair Sarmento da Silva – ANA (jairsarmento@ana.gov.br)
Johnny Ferreira dos Santos – Min. Saúde (johnny.santos@funasa.gov.br)
Jorge Thierry Calasans – ANA (thierry@ana.gov.br)
Jorge Portella Duarte – AESG (jpduarte@tiete.fc.aesg.com.br)
Kelly Cristina Silva – IGAM (kelly@igam.mg.gov.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CEHIPOM (vargasma@zaz.com.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos - CVRD (iude@@cvrd.com.br)
Maria Luisa Werneck - CNI (mwerneck@cni.org.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Relatores:

Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (wilson.filho@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

1. O Dr. Júlio Thadeu, presidente da Câmara Técnica, deu início aos trabalhos às nove horas e quinze minutos, cumprimentou a todos e teceu comentários sobre a V Reunião Ordinária do CNRH, ocorrida no último dia trinta próximo passado, quando se aprovou a instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; bem com, a nova deliberação para instituição do Comitê da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; discutiu-se questões referentes às diretrizes básicas para o saneamento no país, nos pontos onde hajam interfaces com os recursos hídricos, proposta pelo Conselheiro Cláudio Langone, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul; e quanto à apresentação do substitutivo ao PL 1.616/99, informou que o Deputado Federal Fernando Gabeira não pode comparecer à reunião justificando problemas pessoais. Após isso, passou-se ao primeiro item da pauta referente à aprovação da ata da 21ª reunião da CTIL. A Dra. Maria de Lourdes solicitou alteração referente a uma fala sua quando da discussão do processo para instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. O Dr. Hugo solicitou a correção do nome do representante do Ministério da Justiça. Tendo sido as sugestões acatadas por todos. A Dra. Cristina Yuan solicitou o registro em ata referente à boa qualidade das mesmas. Após aprovada a ata, o Dr. Júlio Thadeu comentou que os pontos principais que seriam discutidos na reunião seriam a revisão do Regimento Interno do CNRH e a conclusão da revisão da Resolução CNRH nº 5. Após isso, sugeriu inverter a ordem da pauta, iniciando pelos itens 5 e 6, e acrescentou que o item 5 havia sido sugerido pela Dra. Isaura. O que foi acordado por todos. Ficando assim a seguinte ordem para os assuntos: 3. Início do processo para discussão da forma de elaboração da Proposta de Resolução Glossário sobre temas referentes à recursos hídricos; 4. Plano de Trabalho da CTIL / 2002; 5. Conclusão da análise do Regimento Interno do CNRH; 6. Início da análise da revisão Resolução Nº 5 do CNRH, que institui diretrizes para a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas; 6. Assuntos Gerais. Passou-se então à análise referente ao início do processo para discussão da forma de

elaboração da Proposta de Resolução Glossário sobre temas referentes à Recursos Hídricos. O Dr. Júlio Thadeu passou a palavra à Dra. Maria de Lourdes, que falou da impossibilidade da Dra. Isaura estar presente à reunião e que, quanto à proposta de elaboração de um glossário de termos técnicos, ela havia sugerido a adoção, como base para início dos trabalhos, do glossário do DNAEE –1983, entregando uma cópia das páginas iniciais da publicação mencionada, para auxiliar a Secretaria Executiva na identificação do material a ser trabalhado. Dra. Aparecida informou que a ANEEL dispõe de um CD Room com o Glossário atualizado. Dra. Maria de Lourdes sugeriu ainda que fosse contratada uma empresa ou técnicos para elaboração e revisão e revisão do conteúdo técnico e após isso submeter à apreciação da CTIL. O Dr. Júlio falou que a Secretaria Executiva iria procurar identificar os materiais existentes referente ao assunto e, na próxima reunião da CT, decidiriam qual a estratégia e metodologia a serem adotadas para a condução dos trabalhos referentes a este assunto. O Dr. Jair Sarmiento afirmou que a ANA tem interesse e disponibilidade, através de uma parceria com o Conselho, na publicação de um trabalho desta natureza. Passou-se então ao item seguinte da pauta referente ao Plano de Trabalho da CTIL para o exercício de 2002, o Dr. Júlio leu os assuntos relacionados e informou que os mesmos haviam sido levantados a partir das sugestões dos membros da própria Câmara, contidos nas atas das reuniões anteriores. A Dra. Maria de Lourdes questionou, com base na Lei 9.433/97 e na Resolução CNRH nº 5, se aqueles seriam os assuntos a serem discutido ao longo do ano de 2002 e se não seria competência da CTIL discutir também a Divisão Hidrográfica Nacional, além daqueles temas já propostos. O Dr. Julio Thadeu falou sobre o que estava sendo feito pela Secretaria de Recursos Hídricos em parceria com a ANA, em relação à Divisão Hidrográfica, que já existiam alguns estudos elaborados pela ANA, ANEEL e IBGE. Informou que problema maior consistia no aspecto legal dessa divisão e que era necessário estudar com atenção o assunto, justificando que, quando da criação dos comitês, os limites de uma bacia devem estar muito claros. Além disso, acrescentou que o Termo de Referência para contratação dos serviços encontra-se em andamento e que será necessário a chancela do IBGE para que tenha o trabalho tenha reconhecimento técnico e legal. Informou também que se pretende com isso obter dados das bacias em cursos d'água de até 3ª ordem e o que o detalhamento irá depender da escala de elaboração. A Dra. Aparecida questionou se o trabalho do Dr. Guido Gelli, do IBGE, não seria considerado. O Dr. Julio Thadeu explicou que existem problemas operacionais na proposta mencionada e que os técnicos envolvidos no trabalho estariam tentando solucionar. Foi questionado qual a Divisão Hidrográfica que estava sendo utilizada. O Dr. Júlio Thadeu respondeu que a Divisão do DNAEE era a que estava sendo utilizada, por ser a única disponível no momento, e acrescentou que será necessário a adoção de algo novo onde os contornos de bacia hidrográfica sejam bem definidos. O Dr. Júlio Thadeu afirmou considerar que essa definição será de competência da CTPNRH, a não ser que, no futuro, haja uma definição legal que o assunto deva ser atribuição da CTIL. O Dr. Jair Sarmiento sugeriu então, tendo em vista a pertinência da colocação da Dra. Maria de Lourdes e, como a SRH e a ANA tem buscado uma solução conjunta para a questão, considerando que atualmente as bases atuais carecem de uma série de detalhamento, mesmo que seja competência de outra Câmara Técnica, que seja relatado na próxima reunião da CTIL, o estágio atual desse trabalho. O que foi acatado por todos. As sugestões de temas para discussão durante o exercício de 2002 foi aprovada acrescentando-se uma exposição sobre o estágio atual dos estudos para elaboração da Divisão Hidrográfica Nacional. Passou-se então ao item seguinte da pauta referente à Revisão do Regimento Interno do CNRH. O Dr. Júlio Thadeu esclareceu o assunto aos novos membros e convidados, falou tratar-se de uma proposta de alteração elaborada com base na experiência adquirida ao longo do tempo, através das análises de documentos que tramitaram na CTIL, como também necessária em função do Decreto nº 3.978/01 que altera a composição do CNRH e por fim, com base proposta de alteração do decreto aprovado pelo CNRH em maio de 2001, que modificava o Decreto nº 2.612/98. Acrescentou que com o desdobramento dos processos a proposta de decreto aprovada ainda não havia sido publicada e que havia sido encaminhado à Casa Civil. Afirmou ainda não ser possível aguardar a aprovação da mencionada proposta para resolver algumas questões urgentes do CNRH, necessárias à uma melhor operacionalização daquele fórum. Assim, sugeriu naquele momento não discutir no texto do Regimento, o que for matéria de decreto, mas sim o que for possível aprimorar, e encaminhar ao CNRH, mediante proposta de resolução, as sugestões da CTIL, dentro do que for consenso geral. A Dr.^a Maria Luiza questionou o porquê de algumas competências, sugeridas anteriormente, terem sido retiradas, já que todas encontram-se previstas na Lei. A Dr.^a Dalvacir explicou que a proposta havia sido elaborada

com base numa proposta de decreto aprovado no Conselho, que no entanto, não havia sido sancionada pelo Presidente da República. O Dr. Julio Thadeu explicou que as propostas que se encontravam contidas naquele texto eram as que, apesar de não estarem no Decreto nº 3.978/01, encontravam-se na Lei nº 9.433/97 e que se todos concordassem poderiam ser revalidadas. Conclui-se então que a metodologia de análise da proposta seria a discussão de artigo por artigo da Versão 5-A da proposta de alteração do Regimento. O Dr. Fernando lembrou que se o Decreto avança onde não prevê a Lei, ele é nulo, sugerindo assim que a Câmara Técnica deva adotar uma posição depois que os juristas fizerem a sua análise e os cortes que julgarem necessários. O Dr. Julio Thadeu alertou ser necessário a adoção de certos cuidados para auxiliar as decisões do CNRH e iniciou a condução do processo de análise e discussão da proposta item a item. O Dr. Hugo, representante do Ministério da Justiça, questionou o porquê do artigo 1º mencionar na íntegra parte do texto da Lei nº 9.433/97, no *caput*, já que atenderia só a lei de criação. O Dr. Júlio respondeu que o objetivo principal era didático, além facilitar as consultas ao Regimento sem ter que ir a consultar a Lei para complementar a informação desejada. A Dr.^a Patrícia acrescentou que o objetivo era facilitar a vida dos conselheiros, chamar a atenção de que o Sistema possui duas leis básicas: a Lei nº 9.984/00 e Lei nº 9.433/97. A Dr.^a Davalcir acrescentou ainda que tratava-se de uma questão de forma. Passou-se a discussão do documento cuja proposta final encontra-se no Anexo II desta Ata. Durante o processo de discussão do *quorum*, o Dr. Jair explanou sobre Regimento Interno do CONAMA/Comitê de Integração de Políticas Ambientais e informou que encaminharia por *e-mail* o Regimento Interno para conhecimento de todos ali, sugeriu levar para reunião do dia 20, em caráter de urgência, alguns tópicos que representariam ganhos ao CNRH, exemplificando a questão da ampliação número de componentes das Câmaras Técnicas. A Dr. Patrícia afirmou que todos estavam se pronunciando sobre o resumo de um regimento e que era necessário se justificar o que era de fato importante para ser modificado. O Dr. Júlio Thadeu sugeriu convergir para um ponto comum, ou seja encaminhar ao CNRH, na reunião do dia 20 de dezembro, os assuntos considerados necessários e urgentes a serem modificados para facilitar a operacionalização do próprio CNRH e suas Câmaras Técnicas. A Dr.^a Patrícia concordou que sejam modificados os artigos considerados urgentes. O Dr. Roberto sugeriu encaminhar uma emenda ao Regimento Interno em vigor, nos pontos considerados importantes e a revisão final consolidada do referido documento seria feita março de dois mil e dois, na próxima reunião da CTIL. O Dr. Júlio Thadeu questionou se havia consenso quanto à proposta do Dr. Roberto e todos aquiesceram. O Dr. Júlio Thadeu sugeriu então a análise da Seção III do Capítulo II referente às Câmaras Técnicas. A Dr.^a Davalcir sugeriu que inicialmente analisassem o Art. 3º antes da Seção referente às Câmaras Técnicas. O Dr. Hugo lembrou ser necessário atualizar a questão da composição do CNRH no que diz respeito ao Decreto nº 3.978/01. O Dr. Júlio Thadeu afirmou tratar-se de modificação obrigatória. A Dr.^a Cristina Yuan lembrou a questão do *quorum*. O Dr. Júlio Thadeu comentou ser importante discutir inicialmente as questões referentes às Câmaras Técnicas. Todos sugeriram seguir a ordem do Decreto. O Dr. Júlio Thadeu lembrou que a questão do *quorum* já havia sido amplamente discutida neste fórum, definindo-se que o mínimo, para deliberação do material, havia sido de oito conselheiros. A Dr.^a Cristina afirmou que concordava com o *quorum* mínimo, entretanto, expressou a sua preocupação que assuntos deliberativos sejam aprovados apenas por 10 conselheiros. Concordou que o que Dr. Júlio falou era verdade e questionou se o *quorum* de um terço seria suficiente para a aprovação de matérias deliberativas. O Dr. Júlio Thadeu afirmou que ela queria manter a representatividade, que estavam sendo intransigentes já que até hoje três conselheiros constitui número suficiente para aprovar qualquer matéria. A Dr.^a Maria de Lourdes lembrou ser necessário o fortalecimento institucional do CNRH. O Dr. Jair concordou com a afirmação e acrescentou que o Conselho precisa de legitimidade nas suas deliberações. O Dr. Roberto lembrou que a redação proposta na Versão 5 da Proposta de Alteração do Regimento Interno atendia plenamente, garantindo assim a legitimidade das ações do Conselho. O Dr. Júlio Thadeu questionou então qual seria a sugestão para equacionar a questão. A Dr.^a Cristina sugeriu alterar o *quorum* de instalação da reunião. O Dr. Fernando questionou se existia controle de falta dos conselheiros por parte da Secretaria Executiva. Ao que o Dr. Júlio Thadeu respondeu que não. O Dr. Fernando questionou então como ficam os conselheiros que não têm responsabilidade para com o Conselho, acrescentando que só deveria ter assento no Conselho quem tem real interesse em participar, sugerindo ainda que o conselheiro que faltasse duas vezes deveria ser cortado da composição. O Dr. Jair sugeriu que a questão do Dr. Fernando fosse considerada em outra oportunidade, apresentando a forma como o Regimento Interno do CONAMA tratou a

questão do *quorum*. Falou ainda que o ideal seria iniciar logo com cinquenta por cento mais um para instalação da reunião e deliberar com metade mais um dos presentes. Se não houver o *quorum* na deliberação retira-se a proposta e paralisa-se as atividades. Afirmou-se ser possível solicitar a verificação do *quorum*, assim ele é favorável à proposta da Dra. Cristina Yuan. O Dr. Júlio Thadeu sugeriu então decidir sobre as propostas da Dr.^a Cristina e do Dr. Jair Sarmento. O Dr. Jair teceu considerações sobre o processo de verificação de *quorum* nas reuniões do CONAMA. A Dr.^a Patrícia levantou o aspecto dos cinquenta por cento mais um e a questão da representatividade prevista pela Lei. O Dr. Roberto defendeu o texto do CONAMA. O Dr. Fernando ponderou sobre a responsabilidade da sociedade civil no processo. A reunião foi interrompida para o almoço às treze horas tendo sido retomada às quatorze horas e trinta minutos. O Dr. Júlio antecipou alguns dos assuntos que irão para a análise na reunião do CNRH, entre eles: solicitação de prorrogação de prazo para instalação do Comitê da Bacia Hidrografia do São Francisco, encaminhada pelo Presidente da Comissão Provisória, por mais seis meses. Sugeriu assim, para atender ao solicitado e ciente de que aquele prazo era insuficiente para a mencionada implantação, considerando o tamanho da bacia e a complexidade da tarefa, sugeriu então que a CTIL fizesse um encaminhamento ao CNRH, de proposta de resolução alterando o artigo pertinente da Resolução CNRH nº 5, no que refere-se à questão do prazo, prorrogando por mais seis meses. O que foi acatado por todos. Foi aprovado assim o encaminhamento de requerimento de urgência ao CNRH, de proposta de resolução que altera artigos nºs 11 e 12, da Resolução nº CNRH 5, com o texto sugerido conforme anexo. A Dr.^a Aparecida levantou um questionamento à respeito de encaminhamento referente às PCH's versus PL 1.616/99 que ela apresentou e não havia sido encaminhado. O Dr. Julio Thadeu respondeu que o que foi aprovado foi discutir o assunto quando da discussão do PL 1.616/99 e que ela não esteve presente à reunião. O Dr. Julio Thadeu propôs prosseguir com a análise das alterações do Regimento, finalizando as questões referentes às Câmaras Técnicas e ao *quorum*. Após discussão consensou-se quanto ao texto final da proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho, conforme anexo II desta ata a ser encaminhado ao CNRH, também mediante Requerimento de Urgência. Dr. Júlio Thadeu agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às dezessete horas e quinze minutos.

JÚLIO THADEU KETTELHUT
Presidente

ANA CRISTINA MASCARENHAS
Relatora

WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relator

ANEXO I - PAUTA

ANEXO II – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

ANEXO III – PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNRH Nº 5